

Empreiteiros confirmam denúncia de Suruagy.  
Prefeitos admitem que só há dois caminhos para a liberação do dinheiro público: amizade e intermediação.

# Propinas chegam a 40%, dizem empreiteiros.

FERNANDO GRANATO e  
MARIELLA LAZARETTI

Três grandes empreiteiros de São Paulo, com a condição de terem seus nomes preservados, relataram ao JT casos muito parecidos para explicar o caminho que prefeitos e construtoras normalmente trilham para conseguir verba federal (leia roteiro abaixo). "Muitos prefeitos nos procuram e dizem que nos darão determinada obra desde que nós, os empreiteiros, consigamos o dinheiro junto ao governo federal para executá-la", explica um deles. "Os empreiteiros procuram então os escritórios de intermediação, que chegam a cobrar até 40% do dinheiro liberado, só porque são ligados a gente do governo", completa outro.

Segundo esse empreiteiro, ao questionar o porquê de uma comissão tão alta para intermediação — nos governos anteriores costumava ser de 10% — a resposta do intermediário teria sido esta: "É que os homens lá de cima estão cobrando cada vez mais". O terceiro empreiteiro ouvido alfineta: "Só não roubam mais porque o País está falido". Os entrevistados forneceram ao JT o modelo de um contrato normalmente utilizado por estas intermediárias (veja íntegra abaixo). Nele, verifica-se que atrás de uma fachada legal trabalha uma equipe montada apenas para fazer lobby junto ao governo federal.

## Queixas

Entre políticos, o assunto é público e notório. "Tenho recebido muitas queixas sobre isto", diz o experiente deputado federal Roberto Cardoso Alves (PTB-SP): "As pessoas dizem que as comissões estão altas".

Em Paranapanema, município de 11 mil habitantes, no sudeste do Estado, e em Boituva, na região sorocabana, os episódios narrados pelo prefeito Arnaldo Abreu (PFL), e pelo vice, Egidio Doriguello (PTB), demonstram que as prefeituras do Interior só têm encontrado dois caminhos para liberar verbas:

1. através da amizade.
2. através do lobby de escritórios intermediários.

Em Paranapanema, Abreu admite que está tendo facilidades



O senador Divaldo Suruagy afirma que o governo só contrata empreiteiros que paguem a Brasília propinas que vão de 20% a 40%. Empresários paulistas confirmam.

para conseguir recursos federais porque o deputado Euclides de Mello (PRN-SP), primo do presidente Collor, foi bem votado no município. "Ele conseguiu 700 votos aqui em Paranapanema, por isso negociou diretamente com ele financiamentos para

meus projetos", afirma Abreu. Segundo o prefeito, Mello está conseguindo para a sua cidade a liberação de recursos para a construção de um hospital de 1.772 m<sup>2</sup> e a doação de quatro ônibus e três peruas Kombis. Em Boituva, o jeito foi recorrer a um

escritório de intermediação. Ele revelou que, através da SNC Consultoria — que receberá 14% da verba liberada (se for efetuada o financiamento) — a prefeitura espera construir um conjunto habitacional.

## Povo satisfeito

O próprio deputado Mello confirma que faz suas intermediações para liberar recursos aos prefeitos mais chegados. "As vezes a verba não sai por falta de um canal de contato — explica. "A gente tem este canal e ajuda. O povo fica satisfeito".

O deputado Alberto Goldman (PMDB-SP), conhecedor da estrutura que envolve liberação de recursos ao Interior — graças à sua participação no governo Quéricia como secretário da Administração — tem outra versão para a atitude de Mello. No processo de sedução aos prefeitos paulistas acionado pelo governo federal, ele é taxativo. "A aparência é política, mas as verbas são repassadas não por necessidades dos municípios e sim por acordos feitos com empreiteiros e intermediários".

## Suruagy repete Jereissati e Ponte: há corrupção no governo.

Depois de acusar o governo Collor de patrocinar uma "corrupção desenfreada", o senador Divaldo Suruagy (PMDB-AL) refugiou-se ontem no interior de Alagoas. Em uma "carta aberta" publicada no **Jornal de Alagoas**, dirigida ao presidente Fernando Collor, Suruagy afirmou, na semana passada, que o governo "lubrificou" a liberação de verbas públicas para obras no País com a cobrança de gordas propinas das empreiteiras encarregadas do serviço (leia a íntegra abaixo). Comportamento tão ostensivo que, segundo o senador, as comissões de 10% que em governos anteriores seriam *norma*, agora são consideradas meras "gorjeta de garçom".

O senador repetiu, assim, as mesmas acusações já feitas — publicamente — pelo governador do Ceará, Ciro Gomes (PSDB), pelo seu antecessor Tasso Jereissati, do mesmo partido, e pelo presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, o deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) e — confidencialmente — por empreiteiros e prefeitos (leia reportagem abaixo).

## Retaliações

"A liberação de verbas federais aos municípios está sendo condicionada ao pagamento de comissões a intermediários", denunciou Jereissati em fevereiro passado. Ele chegou a revelar o nome da Sansuy, de uma empreiteira baiana e dos municípios cearenses que usaram sua intermediação para receber dinheiro de Brasília. A empresa ao mesmo tempo em que intermediou a liberação das verbas foi beneficiada como fornecedora dos equipamentos e instala-

dora de poços artesianos financiados pelo governo. Tanto a empresa como os prefeitos confirmaram o negócio.

A reação do governo federal foi a de determinar uma devassa fiscal nas empresas do ex-governador e dificultar a rolagem da dívida do estado do Ceará, o único que, durante o governo Sarney, diminuiu o montante de sua dívida com o Banco Central. O Ministério da Ação Social — de onde saíram as verbas — abriu uma sindicância para apurar as denúncias, mas concluiu que nada ocorrera de irregular nas operações.

## Sem apuração

Em seguida, o deputado Luiz Roberto Ponte afirmou que "funcionários do governo" estavam cobrando das empreiteiras comissões de 30% para a liberação de verbas federais: "Busca se institucionalizar, em vários organismos do governo, práticas inaceitáveis para a destinação dos recursos públicos", acusou. Um dia depois, Collor interpelou o deputado judicialmente, exigindo que ele explicasse se em sua denúncia de corrupção estava envolvendo também o presidente da República. O porta-voz do governo chamou o deputado de "rato" e "leviano".

A comissão de Finanças e Tributação da Câmara, Ponte sugeriu que os parlamentares atentassem para os contratos feitos nos ministérios da Ação Social e da Saúde. E deu o nome de municípios onde teria havido licitações suspeitas para a construção de hospitais: Bento Gonçalves (RS), Janaúba, Teixeira e Ouro Preto (MG). Mas nenhuma investigação foi feita.

## Os principais trechos da carta do senador ao presidente

Eis os principais trechos da carta dirigida pelo senador Divaldo Suruagy ao presidente Fernando Collor:

"Gostaria (...) que recebesse o teor desta carta como colaboração. Os seus falsos amigos estão denegrindo a imagem do seu governo. Os comentários, na classe política, nos meios empresariais, nos sindicatos e nos quartéis, são os piores possíveis. A corrupção está desenfreada. Raros os recursos que são liberados, sem intermediários exigindo 20 ou 30%, e, em alguns casos, até 40%. A piada do momento é que eles costumam afirmar, em tom jocoso, ser "dez por cento" gorjeta de garçom.

Dizer é fácil, bem sabemos. O difícil é provar. Vossa Excelência, contudo, não precisa sequer determinar que a Polícia Federal averigue. Basta olhar a melhoria súbita do padrão de vida de alguns dos seus auxiliares. Pessoas que, há quatro ou cinco anos, tinham dificuldades em enfrentar pequenas despesas, hoje, possuem apartamentos luxuosos, maravilhosas casas de praia, lanchas caríssimas e automóveis importados. Os escândalos se sucedem.

Alagoas está sendo duplamente penalizada. Primeiro, os recursos anunciados para obras, em nosso Estado, estão chegando em pequenos percentuais que não justificam a força política do Presidente da República. Segundo, a imagem alagoana, em nível nacional, está sendo deteriorada pela grande imprensa. Os jornais e revistas de maior circulação do País, divulgam matérias negativas a respeito da nossa

terra. Transcrevo trechos de um artigo do jornalista Fernando Pereira, publicado no **Jornal do Brasil**, em fins de maior último, deixando claro não concordar com os seus termos, e enfatizo a minha revolta em ver Alagoas confundida com os desertos do Governo Federal.

"Ainda esta semana segundo o Zózimo, o respeitado **Financial Times**, de Londres, registra o aparecimento um verbo novo em nosso maltratado léxico: o verbo "alagoar". Conjugava-se esse verbo mais ou menos como se conjugava o tradicional "lubrificar": se alguém diz que alagoou determinado projeto, isso significa que o dito projeto foi convenientemente lubrificado para não encalhar nos mancais e válvulas da máquina administrativa. A expressão nova, portanto, no dizer do jornal londrino, seria apenas a versão atualizada, mais precisa e específica, de verbos antigos, mais gerais.

Em outras palavras: a presença, em Brasília, de um presidente alagoano está nos forçando a encarar a realidade bárbara, primária e retrógrada de uma parte do Brasil que em geral preferimos não ver, e que empurramos mentalmente para longe, para a desimportância de um País antigo que já não seria o nosso.

Verifique o absurdo. Aproveite o prestígio do cargo de Presidente da República e transforme o "verbo alagoar" em sinônimo de honradez e dignidade. A Nação ainda muito espera de Vossa Excelência. Conduza o Brasil ao seu grande destino."

## O caminho das pedras

Como as verbas a fundo perdido são distribuídas pelo governo federal às prefeituras, através de uma rede de intermediação.



- |                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                             |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Informado de que o governo federal vem liberando verbas a fundo perdido, o prefeito vai à luta (haverá eleições municipais em 92).           | 3. A empreiteira recorre a um dos muitos escritórios de intermediação, cuja especialização é liberar recursos federais, através de lobby.                   |
| 2. Através de intermediário recomendado, o prefeito faz contato com uma empreiteira e firma compromisso: se ela conseguir a verba, fará a obra. | 4. Para formalizar o acordo, firma-se contrato entre a prefeitura e o escritório de intermediação, fixando o valor da comissão e as condições de pagamento. |

## E a comissão é firmada em contrato

Para se prevenir contra calotes e dar alguma solenidade ao acordo, as empresas de consultoria firmam contrato com os prefeitos baseado neste modelo universal:

"Instrumento particular de contrato de prestação de serviço que entre si fazem as empresas..."

"A empresa (...), doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa (...), denominada CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições, tem justo e contra-

tado o que se segue:

**Cláusula primeira — Objeto:**

Parágrafo Primeiro: É objeto do presente contrato a prestação de serviços por parte da CONTRATADA ao CONTRATANTE, consistente na assessoria técnica e operacional para obtenção de EMPRÉSTIMO A FUNDO PERDIDO junto ao Governo Federal para a Prefeitura do (...)

Parágrafo Segundo: A instrução do processo ficará a cargo da CONTRATADA, que informará através de relatórios ao CON-

TRATANTE os dados necessários para o fiel cumprimento deste instrumento.

**Cláusula segunda — Prazo:**

O prazo previsto para o cumprimento das obrigações aludidas na CLÁUSULA PRIMEIRA será de 1 ano, a contar da assinatura deste contrato.

**Cláusula terceira — Remuneração:**

A remuneração a ser paga pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pela execução deste CONTRATO corresponde a ...% (...por cento) do valor do

empréstimo desde que efetivamente liberado e sagrado através de CONTRATO do CONTRATANTE com a Prefeitura de (...). O pagamento estará vinculado às primeiras liberações ocorridas junto à Prefeitura de (...), após 24 horas do recebimento daquelas parcelas pelo CONTRATANTE.

E por manterem assim ajustados, firmam o presente instrumento em 3 vias de igual teor e forma e para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo".

## Cleto Falcão substitui Faria de Sá na liderança

Três semanas depois de declarar apoio à candidatura do ex-governador Orestes Quéricia, à Presidência da República, o deputado Arnaldo Faria de Sá perdeu a liderança do PRN na Câmara, substituído pelo deputado alagoano Cleto Falcão. O anúncio foi feito ontem pelo presidente do partido, Daniel Tourinho, logo após a partida do presidente Fernando Collor para o México. A saída de Arnaldo Faria de Sá foi acertada entre ele próprio e Daniel Tourinho, na quarta-feira da semana passada, durante a viagem de Collor e sua comitiva a Presidente Prudente (SP). "O PRN precisa de uma renovação e Arnaldo necessita de mais tempo para se dedicar à campanha", afirmou Tourinho, referindo-se ao desejo do deputado de disputar a prefeitura de São Paulo. Por recomendação do presidente Collor, Daniel Tourinho e Cleto Falcão repetiram várias vezes: "Não há qualquer restrição ao Arnaldo Faria de Sá".

## Leopoldo assumirá presidência do PRN-SP

O irmão mais velho do presidente, Leopoldo Collor, vai assumir a presidência do PRN em São Paulo, no início de agosto, no lugar de Néfi Tales. O PRN está mexendo na liderança dos diretórios para conquistar mais prefeituras nas

eleições municipais do próximo ano. "O PRN ficará entre os três partidos que mais vão eleger prefeitos", garantiu o presidente nacional do partido, Daniel Tourinho, que passará a acumular a presidência do diretório do Rio de Janeiro.

## AGENDAS

### Do presidente Interino Itamar Franco\*

10h00 — Reunião com o ministro da Justiça, secretário da Administração e assessor jurídico da Presidência para discutir salário do funcionalismo

\* O presidente Fernando Collor está em viagem ao México

Fonte: A Secretaria de Imprensa do Palácio do Planalto não fornece a agenda oficial da Presidência

### Do governador Luiz Antônio Fleury

10h00 — Lançamento de obra em Mogi-Guaçu

16h00 — Recebe Ronny Raichmann

16h30 — Recebe Ricard Takeshi Akagawa

17h30 — Reunião da Comissão de Política Salarial

Fonte: Assessoria de imprensa do Palácio dos Bandeirantes

### Da prefeita Luiza Erundina

10h — Lançamento da pedra fundamental do Parque Cidade Torronto.

Fonte: Assessoria de imprensa do gabinete da prefeita

DISQUE JT  
PARA VENDER  
856-9922

CLASSIFICADOS POR TELEFONE  
Jornal da Tarde